



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola em Portugal

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

11 de Março 2025

Elaborado por: Serviço de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

TERÇA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2025

Igreja da RDC pede apoio contínuo do Presidente João Lourenço à paz.

O Clero da República Democrática do Congo solicitou, segunda-feira, apoio contínuo ao Presidente da República, João Lourenço, para a resolução da crise de paz e segurança reinante naquele país vizinho já há algum tempo.

A representação do Clero, que se deslocou a Luanda chefiada pelo presidente da Conferência Episcopal Nacional do Congo (CENCO), arcebispo Fulgence Muteba, apresentou a João Lourenço a necessidade de se pôr fim ao conflito que se vive na República Democrática do Congo.

À saída do encontro, o porta-voz do grupo de religiosos, reverendo Éric Nsenga, adiantou aos jornalistas que a deslocação à capital angolana se enquadrava no que considerou “diplomacia eclesiástica”, que disse estar a levar o cabo com vista à busca de solução para a crise na RDC.

“Como sabemos, a RDC está a viver um período difícil, de conflito, razão pela qual nós, os prelados, temos essa necessidade de falar com os diversos actores. E, hoje (ontem) vimos ter com Sua Excelência Senhor Presidente João Lourenço, que é um actor muito importante, não só na sua qualidade de medianeiro no Processo de Luanda, mas, também, como Presidente em exercício da União Africana”, ressaltou.

A decisão de falar com o Estadista angolano, referiu o reverendo Éric Nsenga, deve-se ao facto de já ter dado mostras de alguém que quer muito ajudar a resolver essa crise de paz e segurança na RDC. “Nós pensamos que Sua Excelência o Presidente da República, João Lourenço, poderá desempenhar um papel muito importante para podermos encontrar soluções para resolver essa crise que ainda paira na RDC”, aflorou.

O porta-voz da delegação disse que outro dos objectivos da vinda do grupo de prelado a Luanda passa por beber da experiência angolana em matéria de resolução de conflitos. “Vamos sair daqui com uma lição bem estudada, a fim de melhor contribuirmos para a resolução desta crise”, acentuou.

Intervenção na reunião do Conselho de Paz da UA

Na reunião do Conselho de Paz e Segurança da União Africana sobre a RDC, realizada por altura da 38ª Conferência Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo do continente, em Fevereiro deste ano, em Adis Abeba, Etiópia, João Lourenço destacou a tragédia humanitária, destruição de infra-estruturas importantes e mortes que ocorrem no Leste da República Democrática do Congo.

O Estadista angolano referiu defendeu o Processo de Luanda eram entendimentos que davam forma e conteúdo ao acordo de paz desejado para a RDC.

“É importante referir que o conteúdo dos entendimentos que se realizaram, no âmbito do Processo de Luanda, reflectem, integralmente, as preocupações das partes”, declarou, na ocasião, o Chefe de Estado angolano. *(J.A)++++*

Conselho Militar do Sudão escreve a João Lourenço.

Uma mensagem do Presidente do Conselho Militar de Transição do Sudão, Abdel Fattah Al-Burhan Abdel Rahman, dirigida ao Chefe de Estado angolano, João Lourenço, foi entregue segunda-feira, em Luanda, ao ministro das Relações Exteriores, Tété António.

A missiva, cujo teor não foi revelado, foi entregue ao titular da diplomacia angolana, nas instalações do edifício-sede do Ministério das Relações Exteriores, por Abdelraouf Amir, embaixador extraordinário e plenipotenciário do Sudão acreditado em Angola. De acordo com uma nota do Ministério das Relações Exteriores (MIREX), sabe-se, no entanto, que Angola e o Sudão têm mantido ao mais alto nível um intercâmbio regular de mensagens que reflectem a amizade e solidariedade entre os dois países.

Os Chefes de Estado de Angola e do Sudão encontraram-se, recentemente ,no Cairo, República Árabe do Egípto, durante a Cimeira da Liga Árabe, que visou fortalecer laços políticos, económicos e culturais entre os países árabes, com foco na análise da situação de paz e segurança prevalecente no Médio Oriente.

Em Julho de 2024, João Lourenço foi designado pela União Africana como membro do Comité Presidencial Ad-Hoc para o Sudão, representando a Região Austral.

Este comité tem como principal missão a procura de soluções para o conflito em curso na República do Sudão.No plano bilateral, os dois países mantêm relações de amizade e cooperação, nomeadamente no âmbito da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL). (JA)++++

Novos embaixadores orientados a engrandecer o nome do país.

O Presidente da República encorajou, segunda-feira, em Luanda, os novos embaixadores extraordinários e plenipotenciários de Angola em Cabo Verde, Itália, Hungria e o representante permanente junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a trabalharem para o engrandecimento do nome do país nos Estados em que foram colocados.

João Lourenço disse aos diplomatas, nomeados na semana passada, depois de os empossar nas funções, em cerimónia realizada no Salão Nobre da Cidade Alta, que “o importante é engrandecer o nosso país, ali onde vocês estiverem”.

O país será representado em Cabo Verde pelo embaixador Agostinho Tavares Neto, na Itália pela embaixadora Josefa Sacko, na Hungria pela embaixadora Margarida Rosa da Silva Izata, e na CPLP pelo embaixador Evaristo Malheiros Dias da Silva.

Na mesma cerimónia, foram, igualmente, empossados o secretário de Estado para a Administração Pública do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Social, Domingos da Silva Filipe, e a vice-governadora da província do Cuanza-Sul para o sector Político, Social e Económico, Clara Vieira Tavares, a quem o Presidente da República

orientou , também, dedicação em relação ao engrandecimento interno de Angola.

Testemunharam a cerimónia de posse a Vice-Presidente da República, Esperança da Costa, ministros de Estado e ministros, além dos secretários do Presidente da República.

Agostinho Tavares da Silva Neto prometeu dar continuidade ao trabalho realizado pelos seus antecessores, com destaque para o reforço das relações entre Angola e Cabo Verde nos mais variados domínios.

“Sei que com Cabo Verde estamos a preparar a 9ª Comissão Bilateral, que vamos tentar realizar ainda neste ano que os nossos países vão completar 50 anos de Independência”, ressaltou Silva Neto, tendo indicado os domínios da Saúde, Educação, Desporto, Cultura, a cooperação institucional, parlamentar e em governação local como os que vão merecer uma atenção especial no reforço das relações entre os dois países.

Por sua vez, a embaixadora Josefa Sacko, que foi durante oito anos (2017-2024) comissária da União Africana para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável, disse que vai aproveitar a experiência obtida em Adis Abeba para melhor servir Angola no país que detém as sedes das agências das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Alimentar Mundial (PAM).

“Conheço bem a Itália, o progresso que fazem na área da agricultura e do ambiente. São essas abordagens que vamos tentar ver a nível bilateral, com o Governo italiano e, também, com a comunidade angolana que lá está, no sentido de trabalharmos juntos para que possamos contribuir para o desenvolvimento do nosso país”, destacou a engenheira agrónoma.

Interacção com o seu antecessor

Margarida Rosa da Silva Izata, que vai para a Hungria, elegeu como primeiro passo a marcar a interacção com o seu antecessor, o embaixador de carreira José Filipe, e com a direcção do Ministério das

Relações Exteriores, para saber as orientações traçadas para o futuro da cooperação entre Angola e a Hungria.

“Como todos nós sabemos, um posto, por mais simples que seja, é sempre um desafio. Portanto, estamos aqui para tudo o que nos for colocado na mesa”, aflorou a embaixadora angolana com 40 anos de experiência em diplomacia multilateral.

Evaristo Malheiros Dias da Silva disse que o seu trabalho, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), vai incidir sobre as acções até aqui realizadas pelos seus antecessores, sobretudo aquelas em benefício do país e da comunidade, cuja organização é presidida, neste momento, por São Tomé e Príncipe. (J.A)++++

Téte António e Andri Chornopyskyi da Ucrânia analisam quadro geopolítico.

Angola e a Ucrânia analisaram, segunda-feira, em Luanda, o aprofundamento da cooperação nos domínios político e diplomático, com foco para a troca de visitas ao mais alto nível entre os dois países.

A pretensão foi expressa durante a audiência entre o ministro das Relações Exteriores, Téte António, e o encarregado de negócios da Ucrânia acreditado em Angola, Andri Chornopyskyi.

Na ocasião, os diplomatas avaliaram, igualmente, o quadro geopolítico actual, com foco nos desafios globais que impactam a estabilidade política e económica, refere uma nota de imprensa do Ministério das Relações Exteriores.

As relações político-diplomáticas entre Angola e a Ucrânia foram formalmente estabelecidas em Dezembro de 1994. No entanto, a cooperação bilateral entre os dois países estende-se aos inúmeros sectores, com destaque para o Ensino Superior, Defesa, Agricultura, Pescas, Ciência e Tecnologia e Comércio.

Em 2021, Angola e a Ucrânia assinaram um Memorando de Cooperação sobre Consultas Políticas Bilaterais, instrumento que tem servido de base para encontros regulares entre os Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países.

No ano passado, o chefe da diplomacia ucraniana foi recebido, em audiência, pelo Presidente da República, João Lourenço. À época, as duas entidades destacaram importantes acordos em negociação para evitar a dupla tributação, sobre a promoção e protecção recíproca de investimentos e o protocolo de cooperação entre a Academia Diplomática da Ucrânia e a Academia Diplomática “Venâncio de Moura” de Angola. (J.A)++++

Angola apresenta Estratégia de Combate à Pobreza e Igualdade de Género.

A ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento Neto, apresenta amanhã, em Nova Iorque, a Estratégia Nacional que visa à Igualdade e Equidade de Género, Combate à Pobreza e Inclusão Social, entre outras acções em curso no país.

De acordo com um comunicado enviado ao Jornal de Angola, além da intervenção na 69.ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher - CSW 2025, prevista esta quarta-feira, a governante participa, também, em várias reuniões de alto nível, mesas-redondas e encontros bilaterais com homólogos e representantes de organismos internacionais.

Entre as altas entidades com quem se deverá reunir em Nova-Iorque, destaca-se o encontro com a directora executiva adjunta da ONU/SIDA para Política, Advocacia e Conhecimento, Christine Stegling.

Para a agenda de hoje, refere o documento, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher participa na reunião dos ministros responsáveis por questões de Género da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A delegação angolana, que se encontra naquela cidade desde domingo, testemunhou ontem a cerimónia de abertura da 69.ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, que contou com as intervenções do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, do presidente do Conselho Económico e Social da ONU (ECOSOC), Bob Rae, do

presidente da 79.^a Sessão da Assembleia-Geral da ONU, Philemon Yang, e de um representante da sociedade civil.

Este ano, a Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher marca o 30.^o aniversário da 4.^a Conferência Mundial sobre as Mulheres e a adopção da Declaração de Pequim e da Plataforma de Acção.

A delegação angolana à CSW 2025 integra a secretária de Estado para as Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça, e o representante permanente de Angola nas Nações Unidas, Francisco José da Cruz.

Integram ainda a comitiva a directora nacional para as Políticas Familiares, Igualdade e Equidade de Género do MASFAMU, Santa Ernesto, a conselheira do ministro do Interior Maria Joaquim Silva, além de técnicos dos ministérios da Educação, Agricultura e Florestas, Relações Exteriores, e da Missão Permanente de Angola na ONU.

De referir que a Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW) é a principal instância da ONU criada pelo ECOSOC, em 1946, dedicada, exclusivamente, a promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres em todo o mundo.

A mesma actua como um fórum internacional para o diálogo, avaliação de progressos, formulação de políticas e fomento de acções globais em prol dos direitos das mulheres.

O evento reúne, anualmente, representantes de Estados-membros, Organizações Não-Governamentais e outras partes interessadas para discutir questões relevantes relacionadas com os direitos das mulheres. (J.A)++++

Generais Dino e Kopelipa acusados de usar empresas para defraudar o Estado.

As empresas China International Fund Angola, Plasmart International Ltd e Uterright International Ltd foram, ontem, referenciadas pelo Ministério Público, no processo-crime em julgamento no Tribunal Supremo, como tendo sido usadas pelos generais Manuel Hélder Vieira Dias Júnior “Kopelipa” e Leopoldino do Nascimento “Dino” para defraudar o Estado em mais de mil milhões de dólares, sob pretexto de pagarem às empresas chinesas a construção das várias centralidades no país.

Durante a apresentação dos argumentos da acusação, em que o antigo PCA da Sonangol, Manuel Vicente, é também citado, o Ministério Público referiu que os arguidos agiram sempre de modo voluntário, consciente e sabiam que tais condutas eram proibidas e punidas por lei.

A acusação considera que Manuel Hélder Vieira Dias Júnior e Leopoldino Fragoso do Nascimento, assim como o ex-PCA da Sonangol, ter-se-ão apropriado de 22 edifícios do Estado na urbanização Vida Pacífica, mas venderam-nos novamente ao Estado, que financiou a sua construção.

“Os arguidos Manuel Hélder Vieira Dias Júnior, Leopoldino Fragoso do Nascimento, Fernando Gomes dos Santos e Yu Haiming sabiam que a empresa China International Found, bem como as empresas China Sonangol não tinham feito investimento estrangeiro em Angola. Mesmo assim, concertadamente, engendraram um plano para enganar o Estado angolano e, a pretexto de uma reestruturação, apropriaram-se dos imóveis construídos com fundos públicos e os comercializaram como se deles se tratassem”, esclareceu o Ministério Público.

As empresas China international Found (CIF), Plansmart International Limited e Utter Right International Limited, acrescenta a acusação, nunca financiaram nenhum projecto em Angola e que, dissimuladamente, o dinheiro que supostamente era do investimento, pertencia ao Estado angolano, que pagava a essas empresas via Sonangol, através de falsos empréstimos.

O Ministério Público refere, ainda, que o arguido Manuel Hélder Vieira Dias Júnior sabia que o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), que dirigiu enquanto director, era um organismo público, cujas receitas a serem atribuídas também eram públicas e destinadas à reconstrução do país.

“Mas sabia que o referido Gabinete não estava vocacionado a conceder empréstimos, sobretudo a empresas estrangeiras, com quem assinou o Acordo de Investimento Estrangeiro em nome do Estado angolano e, ainda assim, não se coibiu de, no ano de 2008, conceder o empréstimo no valor de 150 milhões de dólares à empresa China

Sonangol International Limited”, refere a acusação, sublinhando que os referidos valores nunca foram devolvidos ao Estado.

O arguido, acusa o Ministério Público, agiu com perfeita consciência de que as receitas públicas não podiam ser deduzidas, seja a que título fosse, especialmente tratando-se de concessão de empréstimo, que sequer se inclui no âmbito das atribuições do GRN, legalmente estabelecidas.

De acordo, ainda, com a acusação, o arguido Manuel Hélder Vieira Dias Júnior sabia que a empresa China International Found Limited Hong Kong não cumpriu com nenhuma das obrigações que lhe foram impostas pelo Estado angolano, expressas no Memorando de Entendimento assinado, não tendo o investimento estrangeiro privado se concretizado, sobretudo por não ter sido importado capital para Angola.

“Tinha consciência o arguido que a empresa CIF Hong Kong nunca pagou à empresa China Guangxi International Construction, enquanto sua subcontratada, a empresa Guangxi, que efectuou as obras no Zango, depois de ter celebrado o contrato de empreitada com o GRN aos 12 de Setembro de 2007, tendo os pagamentos sido executados”, acrescenta.

Mediante este acordo, refere o Ministério Público, o arguido, em vez de exercer o papel de “guardião do património público”, facilitou que todas as obras acabadas e em execução transitassem para a propriedade privada da empresa China International Found Hong Kong, mostrando que “tinha particular interesse em apropriar-se do referido património público”.

O julgamento prossegue hoje, a partir das 10 horas, com a apresentação das contestações dos mandatários judiciais e das questões prévias.

Defesa lamenta falta de consenso para a discussão das questões prévias

O início do julgamento do “Caso Kopelipa” foi marcado por um impasse motivado pela inexistência de consenso entre o Ministério Público e os advogados dos arguidos, relativamente à discussão das questões prévias, antes da leitura da acusação.

Para o advogado Benja Satula, a organização do julgamento demanda que primeiro sejam discutidas as questões prévias, antes de se passar à leitura das peças processuais.

“Não é permitido, deveríamos ter levantado outras questões, mas permitimos que acontecesse para não criarmos factos desnecessários ao processo.

O que nós queremos discutir são os factos, queremos discutir o processo, queremos produzir prova”, disse o jurista, para em seguida acrescentar que trazer questões laterais poderia até prejudicar, provocar uma animosidade desnecessária.

“Por isso é que nós consentimos que fosse e, agora, no final pedimos ao Tribunal que corrigisse essa perspectiva para que possamos retomar o processo no seu rumo normal”, acrescentou.

Benja Satula assegurou, ainda, que os arguidos procederam à entrega de muitos documentos, em que foram arroladas várias testemunhas, dentre elas pessoas ligadas à Sonangol.

“A acusação e a pronúncia estão estruturadas indicando o nome de pessoas que estavam a desenvolver acções numa determinada perspectiva e tinham determinadas tarefas”, explicou.

UNITA quer cidadãos activos na vida pública.

O presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, defendeu, em Malanje, uma maior participação de todos os cidadãos na vida pública para ajudar o país no que diz respeito à fiscalização das acções de governação.

O líder da UNITA, que falava domingo aos militantes, amigos e simpatizantes do partido no regresso do Leste do país, onde exerceu actividades partidárias, disse, ainda, que a participação na vida pública tem reflexo na maturidade política do cidadão.

Adalberto Costa Júnior admitiu que o seu partido respeita as opiniões de todos, daí que não cria intrigas, “mas continua a lutar para a democratização das leis do país”.

O político defendeu, ainda, a necessidade de se operarem reformas na Administração Pública para a despartidarização do Estado, bem como, também, uma nova Lei de Terras.

O líder da UNITA insistiu na necessidade da realização das autarquias de uma só vez, considerando ser este o melhor caminho para o desenvolvimento dos municípios e do país em geral.

“Quando visitamos os municípios nós dialogamos com toda a gente e as instituições, com as autoridades tradicionais com um papel na comunidade, com as igrejas, daí que é importante a proximidade dos dirigentes com as comunidades”, sublinhou o líder da UNITA.

O presidente da UNITA defende uma maior preparação dos quadros, dos meios, assim como as infra-estruturas necessárias para desenvolver os municípios e províncias surgidos no quadro da Nova Divisão Político- Administrativa (DPA).

Adalberto Costa Júnior defende a importância de se apostar mais na classe empresarial para que contribua para o desenvolvimento da economia nacional.

“É preciso a competitividade dos empresários, dando-lhes espaços para que possam investir para a criação de mais empregos”, defendeu. (J.A)++++

Deputados pedem reforço das políticas.

A presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, Teresa Neto, afirmou ontem, em Luanda, que a Assembleia Nacional vai reforçar o apoio às mulheres, tendo garantido que temas como a agricultura familiar e o empoderamento feminino serão contemplados nas políticas públicas.

Falando à imprensa após a reunião conjunta sobre os relatórios financeiros da Assembleia Nacional, Teresa Neto destacou que, durante as discussões do Orçamento Geral do Estado (OGE), tem sido defendida a alocação de verbas para atender às necessidades das mulheres, sobretudo na agricultura e no empreendedorismo.

Teresa Neto ressaltou que o Parlamento tem aprovado leis importantes, como as de combate à violência doméstica, e promovido ações concretas para fortalecer a igualdade de género.

“Nosso compromisso é garantir que as vozes das mulheres angolanas sejam ouvidas e respeitadas em todos os níveis de decisão política”, afirmou. Além da legislação, a Assembleia Nacional tem

realizado acções de sensibilização e capacitação para mulheres. Seminários foram promovidos em várias províncias, como Malanje e Benguela, com abordagens de temas urgentes, como violência doméstica e gravidez precoce.

Apesar dos desafios, Teresa Neto reconheceu que a influência parlamentar na distribuição de recursos nem sempre traz resultados imediatos. No entanto, reforçou que dar visibilidade às causas femininas é essencial para garantir avanços concretos. *(J.A)++++*

Governo coloca as mulheres nas prioridades.

O Executivo tem colocado as mulheres no centro das prioridades, com o objectivo de transformar vidas e garantir dignidade a milhares de mulheres angolanas, afirmou, segunda-feira, na cidade de Caxito, o vice-governador do Bengo para o sector Político, Social e Económico.

Durante a mesa-redonda realizada no município do Panguila, subordinada ao tema “Para todas meninas e meninos, direitos, igualdade e empoderamento”, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, José Francisco Bartolomeu disse que o Governo Provincial do Bengo trabalha para melhorar as condições sociais e garantir a dignidades das mulheres.

“Estamos a trabalhar programas ou acções que promovam a dignificação e empoderamento das mulheres no Bengo, especialmente no contexto de igualdade de género e direitos das mulheres. Pretendemos construir uma sociedade onde haja igualdade e as mesmas oportunidades”, destacou o governante.

José Francisco Bartolomeu lembrou, ainda, que a luta pela emancipação das mulheres é antiga e tem raízes profundas na história. “Em 1916, um grupo de mulheres nos Estados Unidos insurgiram-se contra as longas horas de trabalho, a partir daí as vozes das mulheres começaram a ganhar notoriedade. Temos de reflectir e devemos fazer de Março uma data de reflexão, pelo sacrifício que as mulheres consentem dia-a-dia e merecerem tão pouco da sociedade”, ressaltou.

José Francisco Bartolomeu explicou que a nível da governação, as mulheres lideram Ministérios cruciais, fruto da aposta do Executivo,

como forma de o país alcançar, rapidamente, a paridade de género e honrar as recomendações da Organização das Nações Unidas.

“Hoje, temos mulheres a liderarem todos os sectores da vida nacional, um dos exemplos práticos é a nossa província que é dirigida por uma mulher, a senhora governadora Maria Antónia Nelumba”, concluiu. (J.A)++++

Executivo mantém emissão modernizada dos serviços.

O secretário de Estado para a Justiça, Osvaldo Benza Amaro, assegurou, ontem, em Luanda, o compromisso do Governo com a modernização dos processos de recolha de dados e distribuição do Bilhete de Identidade (BI), e a melhoria de todo o ecossistema que suporta a sua emissão.

Osvaldo Benza Amaro, que falava na cerimónia de abertura da formação básica para formadores dos chefes e operadores dos Balcões Únicos de Atendimento ao Público (BUAP), promovida pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MINJDH) e o Ministério da Administração do Território (MAT), garantiu que o Governo está a investir na capacitação dos funcionários públicos para garantir um serviço mais eficiente e próximo dos cidadãos.

“O objectivo desta formação é assegurar que os profissionais disponham dos conhecimentos técnicos necessários para operar os BUAP de forma eficaz”, sublinhou Osvaldo Amaro, acrescentando que a iniciativa contribuirá para a universalização do Bilhete de Identidade e com vista a uma maior eficiência no atendimento aos cidadãos.

Descentralização

Segundo o secretário de Estado, o Governo pretende descentralizar este serviço para diferentes pontos do país. “Esta medida visa reduzir os tempos de espera, melhorar a qualidade do atendimento e permitir que um maior número de cidadãos tenha acesso facilitado ao seu documento de identificação”, explicou o secretário de Estado.

Osvaldo Amaro destacou, ainda, que o sucesso da iniciativa dependerá do compromisso e dedicação dos formandos, sublinhando que um serviço público de qualidade exige profissionais bem preparados e motivados. “Queremos que esta formação não apenas aprimore

as competências técnicas dos funcionários, mas, também, reforce o sentido de responsabilidade e zelo no atendimento aos cidadãos”, afirmou.

Bolsa Nacional de Formadores

Em declarações à imprensa, o director nacional de identificação, registos e notariado, Aristides Marques, explicou que a formação decorre em formato híbrido, combinando sessões presenciais e remotas, e tem como objectivo criar uma Bolsa Nacional de Formadores, que, posteriormente, vai replicar os conhecimentos adquiridos a outros funcionários públicos envolvidos na emissão do Bilhete de Identidade.

“Esta formação reforça a capacitação daqueles que vão operar os serviços de emissão do Bilhete de Identidade, o projecto começou com alguns desafios, nomeadamente a falta de conhecimento técnico em certas áreas, agora estamos a corrigir essas falhas e a preparar as condições para expandir o serviço a nível nacional”, afirmou.

De acordo com o responsável, a reestruturação dos BUAPs incluirá a criação de infra-estruturas adequadas para a emissão descentralizada do Bilhete de Identidade. A longo prazo, esta estratégia vai permitir uma maior autonomia das províncias e municípios na gestão deste serviço essencial para a cidadania.

Aristides Marques lembrou que os participantes vão ter acesso a conteúdos teóricos e práticos sobre identificação civil e emissão do Bilhete de Identidade, utilizando ferramentas tecnológicas e métodos modernos para um atendimento mais célere e eficiente.

A formação decorrerá até sexta-feira, sendo que pretende assegurar que os Balcões Únicos de Atendimento ao Público desempenhem um papel central na prestação de serviços administrativos à população. (J.A)++++

Acusação pede pena de até 15 anos pela tentativa de terrorismo.

O representante do Ministério Público (MP) no processo que julga os sete cidadãos acusados de prepararem atentados terroristas durante a visita do ex-Presidente norte-americano a

Angola solicitou, ontem, em tribunal, uma pena de até 15 anos de prisão.

O MP acusa os réus dos crimes de associação terrorista, posse de substâncias tóxicas, posse de explosivos e falsificação de documentos. O procurador Avelino Capessa afirmou que há muitos elementos que sustentam a acusação.

“Só decidiram abortar o processo pelo forte aparato de segurança da cidade alta, não tinham nenhum ponto de recuo e os materiais que usavam serem obsoletos”, disse.

A defesa, liderada por Oliveira Nasso, do escritório de advogados de David Mendes, solicitou ao tribunal a possibilidade de um acordo com a Justiça em troca de benefícios legais. “Sobre o acordo de delação premiada, estamos a aguardar tranquilos e serenos ao desfecho desse julgamento”, disse o advogado.

O Tribunal de Comarca do Huambo deu início, ontem, ao julgamento do caso. Arrolados ao processo estão os cidadãos João Gabriel Deussino, como líder da “organização terrorista”, Domingos Muecalia, Crescenciano Capamba, Francisco Ngunga Guli, Adelino Camulombo Bacia, Arão Rufino Kalala e Pedro João da Cunha.

O primeiro dia de julgamento, orientado pelo juiz Cipriano Catito Tchivinda, ladeado dos juízes assessores Bruno Eduardo Ferreira e Sebastião Sambuta Nangamale, foi ouvido apenas João Gabriel Deussino, considerado o líder do grupo. A sessão foi marcada por questões prévias aos arguidos, seguida da apresentação da leitura da acusação e posterior interrogatório.

A audiência dos restantes seis envolvidos no processo nº 109/2025, dos presumíveis autores da conhecida “Operação Rastejante”, prossegue hoje, prevendo-se que a sessão dure quatro horas. Para além do crime de organização terrorista, os acusados estão arrolados, ainda, nos crimes de fabrico, aquisição ou posse de substâncias explosivas, tóxicas e asfixiantes, para além da infracção de falsificação de documentos.

Na leitura de acusação proferida pelo Ministério Público, o procurador Avelino Capessa disse que, na época dos factos, o arguido João Gabriel Deussino, mais conhecido por “Joel”, se intitulava na província

do Huambo como sendo activista político, desde o ano de 2021, e promotor do projecto político denominado “Frente Unida para Regeneração da Ordem Africana “FUROA”.

Em declarações aos jornalistas, Avelino Capessa disse que João Deussino e os co-arguidos traçaram um plano com a finalidade de danificar os objectivos estratégicos do Estado, através de sabotagens e destruição dos investimentos feitos pelo Governo.

Pagamentos dos serviços de Justiça só com RUPE.

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MINJUSDH) manifestou preocupação com o elevado número de utentes que continuam a efectuar pagamentos em dinheiro em contas particulares de funcionários para a obtenção de serviços públicos.

Diante destes factos, a instituição alerta a todos os cidadãos que o único canal autorizado para o pagamento de serviços prestados por cartórios notarias, conservatórias do registo civil, postos de emissão de bilhetes de identidade, bem como o Guiché Único de Empresas, é a Referência Única de Pagamentos ao Estado(RUPE), nos termos do Decreto Presidencial nº 300/ 19, de 16 de Outubro.

No comunicado consultado pelo Jornal de Angola, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos alerta, também, que nenhum funcionário está autorizado a receber pagamentos em numerário ou por transferência para contas pessoais. Deste modo, exorta os utentes a denunciar qualquer prática irregular, garantindo, dessa forma, mais transparência e segurança na prestação dos serviços públicos de Justiça.

De referir que em Fevereiro deste ano, o Ministério da Justiça demitiu 25 funcionários acusados de actos de corrupção, indisciplina, emissão fraudulenta de documentos, falta de zelo, incompetência, abandono de lugar e violação de procedimentos legais. Do total de demitidos constava uma conservadora adjunta colocada no Guiché Único em Luanda, e uma notária adjunta destacada na Direcção Provincial de Justiça e dos Direitos Humanos em Benguela.

A província de Luanda tem o maior número do pessoal despedido, contabilizando 12, seguido do Huambo com quatro e Benguela

com dois, sendo que as restantes províncias, nomeadamente Bengo, Bié, Cabinda, Cuanza-Norte, Namibe, Uíge e Zaire, têm apenas um funcionário demitido em cada uma.

No ano passado, o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Marcy Lopes, informou que a instituição sob sua tutela decretou “tolerância zero” a actos de corrupção, aludindo ser uma preocupação do departamento ministerial melhorar o serviço prestado aos cidadãos, de maneira que estes se sintam respeitados e honrados, tendo os seus problemas resolvidos com celeridade e eficácia. (J.A)++++

Luanda e Asmara preparam Acordo Geral de Cooperação.

Angola e a Eritreia querem acelerar o processo de conclusão das negociações dos projectos de instrumentos jurídicos, como o Acordo Geral de Cooperação nos domínios económico, técnico e cultural e o mecanismo de entendimento para o estabelecimento de mecanismos de consultas políticas.

A intenção foi manifestada durante um encontro mantido, há dias, entre o embaixador de Angola na Etiópia e representante permanente junto da União Africana (UA), Miguel Bembe, e o ministro conselheiro e encarregado de negócios da Embaixada da Eritreia na Etiópia e, igualmente, representação permanente junto da UA, Biniam Berhe. Na ocasião, os dois diplomatas analisaram, igualmente, o estado das relações de cooperação entre os dois países.

Enviada dinamarquesa para os Grandes Lagos

Num outro momento, Miguel Bembe recebeu, nas instalações da missão diplomática de Angola em Adis Abeba, a embaixadora Birgitte Nygaard Semkussen, enviada especial da Dinamarca para a Região dos Grandes Lagos e do Sahel, com quem abordou a situação de paz e segurança em África, em especial na região Leste da República Democrática do Congo. A embaixadora dinamarquesa assegurou que o seu país continuará a acompanhar o processo de paz e segurança em África, sobretudo nas regiões dos Grandes Lagos e do Sahel.

Birgitte Nygaard Semkussen considerou incontornável o papel do Presidente João Lourenço no referido processo, na qualidade de Campeão da União Africana para a Paz e Reconciliação em África e

Presidente em exercício da organização continental. A Dinamarca é membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas e assume a presidência deste órgão multilateral durante o mês de Março de 2025, responsável por zelar pela manutenção da paz e segurança internacional.

(J.A)++++

Mais de 200 mil postos de trabalho foram criados só ao longo do ano 2024.

O país registou, em 2024, a criação de mais de 200 mil postos de trabalho formais, informou a ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social. Teresa Rodrigues Dias, em entrevista ao Jornal Economia e Finanças, do Grupo Edições Novembro, na sua edição impressa de ontem, segunda-feira, destacou que a situação do mercado de trabalho continua a merecer toda a atenção do Executivo.

A ministra realçou que o país tem verificado avanços significativos, uma vez que entre 2018 e 2021 a média anual de empregos formais líquidos gerados foi cerca de 41,7 mil novos postos de trabalho, entre 2022 e 2024 subiu para 192,7 mil, culminando o ano de 2024 com 218.669 empregos.

A empregabilidade, segundo a governante, é dos principais desafios do Executivo, tendo em conta o número de jovens em situação laboral precária, assim como a necessidade de qualificação do capital humano de forma ajustada ao contexto económico e social.

De acordo com a ministra, o Fundo Nacional de Emprego de Angola (FUNEA) é mais um instrumento de política económica implementado pelo Executivo, aprovado como mecanismo de financiamento no âmbito da implementação da Agenda Nacional para o Emprego, que prevê a coordenação de acções que concorrem para a geração de empregos.

“Estamos empenhados na materialização dos eixos estruturantes da Agenda Nacional de Emprego”, disse.

Teresa Rodrigues Dias esclareceu que o nível de extensão e profundidade do FUNEA depende do volume de capitalização, pelo que,

em 2024, a capitalização foi de 41 por cento do previsto, ou seja, 11 mil milhões de kwanzas, dos 27 mil milhões previstos.

Para o ano de 2025, disse, o que se prevê é uma capitalização de 27 mil milhões de kwanzas, com uma execução acima de 90 por cento.

Em relação ao INEFOP ante a acção do FUNEA, Teresa Rodrigues esclareceu que o INEFOP é o órgão que, de acordo com o Decreto Presidencial n.º 133/23, de 1 de Junho, executa as políticas e programas no domínio da formação profissional, emprego e empreendedorismo.

O INEFOP controla e gere os centros de formação profissional e os centros de emprego, onde se têm implementado as políticas activas do mercado de trabalho, pelo que um dos principais desafios para concretizar as medidas de emprego com a efectividade necessária, é a garantia de mecanismos financeiros robustos para que se possa, efectivamente, cumprir com a missão de assegurar a inserção dos activos no mercado de trabalho.

Já O FUNEA, referiu, é o instrumento financeiro que o Executivo encontrou para viabilizar as medidas de emprego contidas na Agenda Nacional de Emprego.

“Se olharmos para os quatro pilares que sustentam a Agenda, o último, mas não menos importante, é a aceleração das Políticas Activas de Emprego. Por este facto, alguns programas promovidos pelo INEFOP encontram financiamento no FUNEA”.

Teresa Rodrigues clarificou que o INEFOP e o FUNEA são entidades da Administração Indirecta do Estado, na forma de Institutos Públicos, que concorrem para os mesmos objectivos, toda via, de natureza diferente de Serviço, Estabelecimento Público e Fundo Público, respectivamente, conforme o Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/20, de 19 de Fevereiro.

Para além do FUNEA, aludiu, foi instituído o Observatório Nacional para o Emprego, com o propósito de monitorar o mercado de trabalho e produzir informação de suporte à tomada de decisão, onde “temos vindo a encontrar bastantes melhorias na recolha e tratamento da informação do mercado de trabalho”.

Governo e famílias juntos com as empresas na estratégia de empregabilidade

A ministra Teresa Rodrigues Dias disse, ontem, em entrevista, que o desemprego em Angola deve ser encarado como um desafio multifacetado, que envolve diferentes actores, incluindo o Governo, as famílias, as empresas e a sociedade civil.

Por isso, salientou, foi aprovado, sob proposta do MAPTSS, o Decreto Presidencial 226/23, de 5 de Dezembro, que aprova a Agenda Nacional para o Emprego como principal instrumento de coordenação entre os diversos actores públicos e privados nas acções que visam reduzir o desemprego.

Esta iniciativa, frisou, está assente em quatro pilares, nomeadamente o fortalecimento da governação do mercado de trabalho; estimulação da capacidade da economia nacional para gerar empregos; elevação da participação dos cidadãos angolanos no mercado de trabalho e o aumento da incidência das políticas activas do mercado de trabalho.

No quadro da governação do mercado de trabalho, explicou, o MAPTSS passou a fazer parte da Equipa Económica do Conselho de Ministros, onde o emprego passou a ser avaliado mensalmente de forma ordinária neste fórum, sendo que sempre que se justificar, a instituição institucionaliza o Observatório Nacional de Emprego, órgão técnico de apoio ao MAPTSS para estudos e análise do mercado de trabalho.

Neste momento, referiu, as condições de infra-estruturas estão criadas, estando já no processo de negociação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a implementação do Sistema de Informação do Mercado de Trabalho.

É neste quadro, avançou, que foi criado o Fundo Nacional para o Emprego como principal mecanismo de financiamento das acções do Governo, bem como os catálogos de profissões acima mencionadas e as acções do Instituto Nacional de Qualificação.

No plano do aumento da incidência das políticas activas do mercado de trabalho, foi recentemente lançada a medida designada JOBE Angola, que visa fomentar a empregabilidade através da formação profissional, apoio ao auto-emprego e estímulo ao empreendedorismo, concluiu a ministra. (J.A)++++

Av.ª da República nº68, 1069-213
Lisboa – Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores